



CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RESOLUÇÃO Nº 084/2019*

O Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado da Bahia, reunido em Sessão Ordinária no dia 18 de junho de 2019, deliberou, à unanimidade, pela **Homologação da Promoção de Arquivamento, nos termos do voto da Relatoria**, dos Procedimentos Cíveis a seguir indicados:

1. Procedimento Ministerial nº 003.9.183919/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
2. Inquérito Civil nº 708.9.40041/2018, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
3. Procedimento Ministerial nº 003.0.43698/2016, do Grupo de Atuação Especial para Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;
4. Inquérito Civil nº 644.0.232493/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Vitória da Conquista;
5. Inquérito Civil nº 600.9.21019/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
6. Inquérito Civil nº 600.9.599/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
7. Inquérito Civil nº 003.9.130031/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
8. Inquérito Civil nº 003.0.155192/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
9. Procedimento Ministerial nº 003.0.131792/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
10. Inquérito Civil nº 101.0.230516/2013, da Promotoria de Justiça de Itapicuru;
11. Inquérito Civil nº 003.9.14845/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
12. Inquérito Civil nº 655.0.59261/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Gandu;
13. Inquérito Civil nº 167.9.127974/2017, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
14. Inquérito Civil nº 600.9.52640/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
15. Inquérito Civil nº 003.0.237519/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
16. Procedimento Ministerial nº 003.9.186111/2018, da 3ª Promotoria de



- Justiça do Consumidor;
17. Inquérito Civil nº 600.9.32635/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
 18. Procedimento Ministerial nº 003.0.64173/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
 19. Procedimento Ministerial nº 707.9.215259/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Poções;
 20. Procedimento Ministerial nº 003.9.102352/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
 21. Inquérito Civil nº 598.0.63459/2014, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
 22. Procedimento Ministerial nº 003.9.205784/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
 23. Inquérito Civil nº 001.0.15660/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
 24. Inquérito Civil nº 712.0.174668/2008, da 3ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
 25. Inquérito Civil nº 003.9.31923/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
 26. Inquérito Civil nº 198.0.240578/2012, da Promotoria de Justiça de Nova Soure;
 27. Procedimento Ministerial nº 003.9.28701/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde;
 28. Procedimento Ministerial nº 003.9.130202/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
 29. Inquérito Civil nº 596.0.170895/2009, da 16ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
 30. Inquérito Civil nº 590.0.112050/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
 31. Inquérito Civil nº 692.0.88513/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Guanambi;
 32. Inquérito Civil nº 003.9.183988/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
 33. Inquérito Civil nº 003.0.41485/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
 34. Inquérito Civil nº 003.0.104974/2011, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
 35. Procedimento Ministerial nº 003.0.1749/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
 36. Inquérito Civil nº 003.1.14020/2006, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa –



- GEPAM;
37. Procedimento Ministerial nº 003.9.267079/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
 38. Procedimento Ministerial nº 003.9.77399/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
 39. Inquérito Civil nº 644.0.106156/2016, da Promotoria de Justiça de Condeúba;
 40. Inquérito Civil nº 003.0.129842/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
 41. Inquérito Civil nº 003.0.71349/2007, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
 42. Inquérito Civil nº 600.9.119555/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
 43. Inquérito Civil nº 003.0.255195/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
 44. Procedimento Ministerial nº 701.9.220695/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Itapetinga;
 45. Procedimento Ministerial nº 597.9.235071/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
 46. Procedimento Ministerial nº 597.9.99975/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
 47. Inquérito Civil nº 003.0.234849/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
 48. Inquérito Civil nº 598.9.223434/2017, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
 49. Inquérito Civil nº 708.0.185634/2012, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas.
 50. Procedimento Ministerial nº 003.9.182816/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
 51. Procedimento Ministerial nº 003.9.34411/2019, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
 52. Inquérito Civil nº 677.0.251489/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
 53. Procedimento Ministerial nº 003.0.257880/2013, do Grupo de Atuação Especial para o Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;
 54. Inquérito Civil nº 003.1.84883/2006, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
 55. Inquérito Civil nº 003.0.238010/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
 56. Procedimento Ministerial nº 593.9.144737/2017, da 1ª Promotoria de



- Justiça de Barreiras;
57. Inquérito Civil nº 003.0.237492/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
 58. Inquérito Civil nº 003.0.33587/2013, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
 59. Procedimento Ministerial nº 597.9.208825/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
 60. Procedimento Ministerial nº 003.0.15334/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
 61. Inquérito Civil nº 596.0.167642/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
 62. Inquérito Civil nº 003.0.22/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
 63. Inquérito Civil nº 003.0.27616/2012, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
 64. Procedimento Ministerial nº 003.9.127908/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
 65. Inquérito Civil nº 590.0.3938/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
 66. Inquérito Civil nº 167.0.32370/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
 67. Inquérito Civil nº 597.0.96112/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
 68. Inquérito Civil nº 003.9.213928/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
 69. Procedimento Ministerial nº 003.1.21669/2005, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
 70. Inquérito Civil nº 003.0.129913/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
 71. Inquérito Civil nº 003.0.50174/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
 72. Procedimento Ministerial nº 701.9.203170/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Itapetinga;
 73. Procedimento Ministerial nº 593.9.18084/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
 74. Inquérito Civil nº 718.0.62419/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Ubaitaba;
 75. Inquérito Civil nº 003.0.242877/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
 76. Procedimento Ministerial nº 003.9.45919/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;



77. Inquérito Civil nº 598.0.75190/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
78. Inquérito Civil nº 307.0.147705/2011, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
79. Procedimento Ministerial nº 003.0.140691/2008, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença;
80. Inquérito Civil nº 001.9.60437/2019, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
81. Inquérito Civil nº 003.1.13250/2003, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
82. Procedimento Ministerial nº 003.9.216444/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
83. Inquérito Civil nº 003.0.237513/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
84. Procedimento Ministerial nº 003.9.54768/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
85. Inquérito Civil nº 003.0.35268/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
86. Inquérito Civil nº 596.0.162120/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
87. Inquérito Civil nº 003.0.255802/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
88. Inquérito Civil nº 003.0.256944/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
89. Inquérito Civil nº 674.9.52537/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
90. Procedimento Ministerial nº 003.9.65647/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
91. Inquérito Civil nº 003.9.46125/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
92. Procedimento Ministerial nº 596.0.109748/2015, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
93. Procedimento Ministerial nº 591.9.5493/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
94. Inquérito Civil nº 003.0.28441/2014, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
95. Inquérito Civil nº 003.0.255841/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
96. Inquérito Civil nº 332.9.223446/2017, da Promotoria de Justiça de Tremedal;
97. Inquérito Civil nº 003.9.53469/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
98. Inquérito Civil nº 003.9.47088/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;



99. Procedimento Ministerial nº 069.9.163983/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
100. Procedimento Ministerial nº 933.9.235673/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;
101. Inquérito Civil nº 022.9.135778/2017, da Promotoria de Justiça de Barra do Mendes;
102. Inquérito Civil nº 705.0.247632/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Paulo Afonso;
103. Inquérito Civil nº 716.9.221623/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Ipirá;
104. Inquérito Civil nº 696.9.51406/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;
105. Inquérito Civil nº 003.0.83043/2013, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
106. Procedimento Ministerial nº 003.0.78629/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
107. Inquérito Civil nº 003.0.74053/2015, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
108. Procedimento Ministerial nº 069.9.164759/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
109. Inquérito Civil nº 600.9.32645/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
110. Inquérito Civil nº 003.0.73385/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
111. Inquérito Civil nº 001.9.63607/2019, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
112. Procedimento Ministerial nº 003.0.133477/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
113. Procedimento Ministerial nº 598.1.32869/2005, da 5ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
114. Inquérito Civil nº 003.9.134258/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
115. Procedimento Ministerial nº 003.0.117456/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
116. Inquérito Civil nº 596.0.143840/2010, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
117. Procedimento Ministerial nº 646.0.179782/2009, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
118. Procedimento Ministerial nº 003.0.88230/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
119. Inquérito Civil nº 608.0.164271/2013, da Promotoria de Justiça



- Especializada em Meio Ambiente com sede em Jequié;
120. Inquérito Civil nº 646.0.179046/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
 121. Inquérito Civil nº 003.9.244044/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
 122. Procedimento Ministerial nº 003.0.18825/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
 123. Inquérito Civil nº 597.9.252492/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença;
 124. Inquérito Civil nº 003.9.21631/2019, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
 125. Inquérito Civil nº 003.9.21598/2019, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
 126. Procedimento Ministerial nº 003.0.130283/2016, apenso aos Procedimentos Ministeriais nº 003.9.21369/2018 e nº 003.9.270967/2017, do Grupo de Atuação Especial Para o Controle Externo da Atividade Policial – GACEP.

SALA DAS SESSÕES, 18 de junho de 2019.

SARA MANDRA MORAES RUSCIOLELLI SOUZA

Procuradora-Geral de Justiça, em exercício.

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público; em exercício.

ZUVAL GONÇALVES FERREIRA

Corregedor-Geral do Ministério Público

Conselheiros: Washington Araújo Carigé, Regina Maria da Silva Carrilho, Maria de Fátima Campos da Cunha, Aivaldo Guimarães Cidade, Maria Augusta Almeida



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Cidreira Reis, Áurea Lúcia Souza Sampaio Loepp, Márcia Regina dos Santos Virgens
e Adriani Vasconcelos Pazelli.//

*Republicado por motivo de incorreções

26/06/2019